

PLANO DE METAS

Chapa “Agora São Outros 100”

Prof. Dr. Tomaz Henrique Araújo – candidato a Reitor.

Prof. Dr. Marcos de Carvalho – candidato a Vice-Reitor

1. LINHAS MESTRAS

Em todas as dimensões da administração, serão visados os objetivos de **democratizar, descentralizar e desburocratizar** a Universidade. Tais objetivos se nos apresentam como o caminho para que a tradição de um século da instituição impulse práticas mais adequadas à nova realidade educacional, tecnológica e política. Além disso, deve-se ter em foco o fato de agora termos uma estrutura *multicampi*.

O respeito à tradição não deve significar imobilismo. Defendemos a desburocratização porque o excesso de trâmites administrativos implica redução da energia e dos recursos disponíveis para a execução das tarefas que deveriam estar no centro da vida universitária: ensino, pesquisa e extensão. A centralização gera um inchaço burocrático que dificulta o trabalho dos professores e TAE, obrigando-nos a gastar tempo em rotinas muitas vezes desnecessárias (que constituem atividades-meio), as quais poderiam ser melhor cumpridas no âmbito das unidades. Uma administração mais racional nos permitirá atuar de modo mais efetivo na criação de melhores condições para o exercício das atividades-fim.

Se a dinâmica da administração é centralizadora, cria-se um desequilíbrio no qual o responsável pela chefia de um órgão, exercitando

atribuições que não lhe são afetas, inibe e até mesmo anula ações que deveriam ser executadas por outro membro importante da administração. Isso gera distorções como a interferência de determinadas pró-reitorias em vários setores da administração que não lhes dizem respeito diretamente e a tomada unilateral de decisões, sem a devida validação pelos órgãos colegiados.

Tal mentalidade só pode expressar a incapacidade de se abrir às importantes contribuições de que todos os setores da comunidade universitária são capazes. Uma gestão hermética expressa imensa distância em relação às demandas de alunos, professores e servidores técnico-administrativos, resultante do isolamento proporcionado por anos e décadas longe da sala de aula e dos laboratórios. Em resumo, temos a firme convicção de que uma visão **burocrática** e **centralizada** constitui entrave e impedimento à construção de uma universidade verdadeiramente **democrática**.

2. EIXOS DE ATUAÇÃO

2.1. Eixo Ação Acadêmica

NA GRADUAÇÃO

Embora o Regimento Geral da Unifal-MG preveja uma organização triangular com os vértices ocupados, *grosso modo*, pela Reitoria, pelas pró-reitorias acadêmicas e pelas pró-reitorias administrativas, na prática atual as rotinas processuais não permitem que tal organização se efetive.

As unidades acadêmicas são onde se executam as atividades-fim, mas também respondem pela gestão local de recursos. Elas constituem a base desse triângulo, ligando as pró-reitorias acadêmicas às administrativas *stricto sensu*, mas têm uma autonomia puramente regimental, tolhida, na prática, por um estilo vertical de administração.

OBJETIVOS

Nesse sentido, duas mudanças são necessárias: 1) restringir a área de atuação da PROGRAD às atividades acadêmicas, impedindo que esse órgão interfira em atividades que não lhe sejam regimentalmente atribuídas; 2) descentralizar as ações rotineiras, permitindo que coordenações e unidades resolvam com agilidade questões que lhes sejam estritamente afetas. Tais mudanças são possíveis com **estreita observância às normas vigentes** da instituição e terão o efeito de simplificar os trâmites burocráticos, conferindo liberdade e autonomia aos agentes localizados mais próximo das atividades e dos problemas.

AÇÕES PREVISTAS

1. Consolidação de secretarias para as coordenações, em espaço comum ou adjacente às secretarias de unidade, como primeiro passo para o estreitamento da relação unidade/coordenação. Cada secretaria deverá:

- I. receber solicitações e documentos destinados aos colegiados e coordenadores;
- II. confeccionar documentação a pedido da coordenação do curso, NDE ou comissões internas;
- III. manter arquivada toda a documentação referente ao curso;
- IV. redigir atas e convocações do colegiado, do NDE e das comissões internas;
- V. auxiliar a coordenação na elaboração da demanda de disciplinas por semestre e do horário de aulas;
- VI. expedir declarações aos alunos de graduação.

2. Os horários dos cursos de graduação serão elaborados sem intervenção da PROGRAD. Por meio de melhorias no Sistema Acadêmico, o próprio coordenador cadastrará a demanda do semestre, e os diretores ou chefes de departamento atribuirão aulas aos docentes.

As unidades de origem de disciplinas comuns a mais de um curso enviarão, juntamente com a atribuição das aulas, sugestão de horário dessas disciplinas, evitando coincidências e outros contratempos decorrentes do sistema atual, como a pouca atenção às peculiaridades da situação dos docentes das referidas disciplinas.

Como nas demais ações, visa-se à interação direta coordenação/unidades, facilitando o melhor aproveitamento do pessoal disponível, seja na atribuição das disciplinas, levando em conta o perfil do curso e a aptidão do docente, seja definindo a melhor adequação do tempo ao planejamento da disciplina em relação à vida acadêmica do docente.

3. Execução de alterações no Sistema Acadêmico diretamente pelo coordenador de curso. Pelo mesmo dispositivo de nível de senha, pode-se permitir que pequenas alterações, tais como mudança temporária do fluxo de disciplinas, matrícula fora de prazo ou trancamento parcial, sejam executadas pelo coordenador do curso, reduzindo o trânsito de processos e, conseqüentemente, poupando recursos humanos.

4. O papel do Pesquisador Institucional

O plano REUNI criou novos cursos, além de em vários aspectos reestruturar os já consolidados. Paralelamente ao crescimento do sistema federal de ensino, houve um período de instabilidade normativa na ação dos órgãos por ele responsáveis (sobretudo MEC e INEP), que tenderam a aumentar as exigências para o reconhecimento e a avaliação dos cursos. Nesse contexto, aumentou significativamente a importância do Pesquisador Institucional (PI).

O PI é uma figura estratégica em nossa proposta. Servidor versado em políticas educacionais, será o responsável por manter a instituição atualizada no que diz respeito à legislação que rege os cursos de graduação e por monitorar a necessidade de consultas ao CNE e aos pareceres desse órgão. O PI deverá municiar os NDE e colegiados dos cursos, com vistas à manutenção da qualidade e em atenção às exigências dos órgãos reguladores. Visando à consecução desses objetivos, o PI deverá manter um sítio eletrônico

atualizado com a legislação específica, organizada por assunto e por áreas de interesse.

5. Respeito às instâncias

Não cabe à PROGRAD a fiscalização do trabalho docente. O *modus operandi* da atual gestão desqualifica o trabalho dos diretores, pois resulta na apropriação de funções que não cabem ao pró-reitor, além de acarretar uma sobrecarga de trabalho e a consequente inflação do pessoal a serviço da pró-reitoria. Parte dos servidores atualmente nessa condição pode e deve ser remanejada para ficar a serviço das secretarias dos cursos.

A PROGRAD não intervirá em gestão de pessoas, devendo, no que se refere a esse setor da administração, limitar-se a oferecer informações solicitadas pelas unidades acadêmicas.

Quanto aos discentes, a relação direta com eles será reforçada nas coordenações e colegiados de curso.

6. Flexibilização dos *currícula* e transdisciplinaridade

A multiplicidade de perspectivas, saberes e experiências na formação profissional e cidadã há muito deixou o campo especulativo para alcançar a práxis normativa. As diretrizes curriculares que regem os projetos político-pedagógicos acentuam, com ênfase cada vez maior, a transdisciplinaridade e o imperativo de uma formação marcada por conteúdos que transcendam as limitações do cotidiano profissional.

Neste sentido, é necessário facilitar e estimular o trânsito de alunos entre disciplinas de cursos diferentes, a fim de tornar possível que se formem profissionais dotados da visão multifacetada exigida pelo dinamismo da sociedade contemporânea, multicultural e tecnologicamente acelerada.

Propomos, portanto:

- oferecer vagas excedentes de disciplinas curriculares obrigatórias a alunos de outros cursos e modalidades, para matrícula como optativa;

- complementar o processo, já iniciado, de aprimoramento do sistema de matrícula, facilitando ainda mais a visualização das disciplinas ofertadas e os pedidos de admissão em dinâmicas de outros cursos;
- estimular que cursos afins ofereçam suas disciplinas eletivas em horários comuns, potencializando a circulação dos discentes entre disciplinas de diferentes cursos.

O caminho para estimular a transdisciplinaridade é criar mais dispositivos de flexibilização curricular. Isso vai desde o já citado trânsito entre cursos até a busca de novos modelos de *currícula* (tais como os ABI) na SESu. Além disso, durante reformas curriculares e a implantação de novos cursos, serão promovidas visitas de colegas lotados em outras instituições cujas experiências transdisciplinares sejam reconhecidamente bem-sucedidas, e estimuladas viagens de membros dos nossos NDE a outras instituições federais de ensino.

7. Reabertura do debate sobre o Colégio de Aplicação

Desde a criação das licenciaturas, tem crescido a demanda por vagas de estágio nas escolas de Alfenas. Já em 2013, com esses cursos (e só considerados os presenciais) preenchendo o total de vagas previstas, alcançamos o número de 170 potenciais estagiários por semestre, o que agrava a já detectada sobrecarga da referida demanda. As escolas de ensino fundamental e médio têm demonstrado dificuldade para comportar esse contingente de estagiários, principalmente considerando-se que os bolsistas do PIBID vieram, desde 2009, ocupar boa parte do espaço disponível para estágios curriculares. A partir do edital 2012, o PIBID passou a contar com 257 bolsistas.

Acreditamos que um Colégio de Aplicação pode ter seu projeto delineado de maneira a atender aos objetivos traçados pelos NDE para a formação dos alunos nas licenciaturas. Daí propormos a reabertura do debate sobre a conveniência e oportunidade de se criar esse órgão suplementar vinculado à Reitoria.

NA PESQUISA E NA PÓS-GRADUAÇÃO

A produção científica deve articular-se harmonicamente com as outras dimensões da Universidade. Já contamos, na Unifal-MG, com um significativo volume de pesquisa e pós-graduação, e propomos prestigiá-la e ampliar seu escopo de maneira que ela se torne o espelho fiel de um ensino e de uma extensão de excelência.

A atual forma de gestão é centralizadora, o que gera distorções como a interferência em decisões que deveriam caber aos próprios programas de pós-graduação. É esta visão que leva a normas baixadas de modo unilateral, sem a observância das demandas dos grupos de pesquisa e dos programas de pós e até mesmo sem a validação pelo órgão colegiado da PRPPG.

OBJETIVOS

A PRPPG necessita de um urgente choque de democracia e transparência. Nosso objetivo primário é que os agentes de pesquisa e pós-graduação da Unifal-MG sejam também agentes ativos no direcionamento das ações dessa pró-reitoria. Ela deverá ser um órgão executor e facilitador de diretrizes traçadas pelo colegiado e pelas câmaras.

AÇÕES PREVISTAS

1. Consolidação de secretarias para as coordenações, em espaço comum ou adjacente às secretarias de unidade, visando ao estreitamento da relação unidade/programas. Cada secretaria deverá:

I. receber solicitações e documentos destinados aos colegiados e coordenadores;

II. confeccionar documentação a pedido da coordenação do curso ou comissões internas;

III. elaborar o relatório Coleta de Dados para a CAPES;

IV. manter arquivo de toda a documentação referente ao curso;

- V. redigir atas e convocações do colegiado e das comissões internas;
- VI. auxiliar a coordenação na elaboração da demanda de disciplinas por semestre e do horário de aulas;
- VII. expedir declarações aos alunos e docentes dos programas de pós-graduação.

2. **Tornar mais ampla a participação da comunidade** na elaboração de normas e medidas administrativas que impliquem a partilha de recursos, espaços e equipamentos multiusuários.

3. **Proceder ao levantamento dos custos indiretos dos programas**, para que se possa obter aumento real nos recursos provenientes do Orçamento da União.

4. **Adotar mecanismos que facilitem a aquisição de equipamentos e insumos**, diminuindo os entraves e garantindo a execução dos cronogramas previstos nos diferentes projetos e programas. Isto se tornará possível por meio de mecanismos de acompanhamento e controle da execução orçamentária que sejam flexíveis e transparentes.

5. **Adotar procedimentos transparentes e democráticos** em todas as instâncias de decisão na pró-reitoria, respeitando sempre as decisões colegiadas, destacando-se a elaboração de editais de iniciação científica e jornadas científicas. Serão adotados critérios transparentes e democráticos nas planilhas de pontuação, nas solicitações institucionais para agências de fomento e na indicação de coordenadorias e responsabilidade técnica .

NA EXTENSÃO

Como é natural, a extensão em nossa universidade está em processo contínuo de construção, aprimoramento e consolidação de suas diretrizes conceituais e políticas. O grande desafio é eliminar a visão dicotômica de que a universidade

seja detentora da produção de conhecimento, enquanto à sociedade resta apenas absorver ou reproduzir o saber gerado.

Uma das funções da universidade é proporcionar formação ampla e de qualidade acadêmica, entregando à sociedade profissionais críticos e reflexivos, conscientes do seu papel de agentes transformadores. Nessa perspectiva, a extensão universitária é espaço privilegiado para ações que possibilitem efetiva troca de saberes e experiências.

Propomos, em primeiro lugar, fazer um mapeamento das concepções dominantes de extensão na comunidade universitária, assim como das parcerias já existentes com organizações e instituições das comunidades nas quais se insere hoje a Unifal-MG. Em seguida, será possível estimular uma melhor articulação dos programas e ações de extensão desenvolvidos pela Universidade com os órgãos de fomento.

Outro objetivo é proporcionar maior visibilidade da produção extensionista, a começar por oficinas sobre o preenchimento adequado do *curriculum* Lattes no que tange às informações sobre o trabalho docente na área. É preciso, também, mobilizar a comunidade acadêmica no sentido de alinhar os programas e ações da extensão universitária aos Objetivos do Milênio, estabelecidos por documento da ONU, de maneira a aprimorar nossa contribuição com esse esforço coletivo pela equidade e justiça social.

Propomos, em função disso, criar condições para a participação da Universidade na elaboração de políticas públicas com foco na colaboração para minorar os problemas sociais dos municípios-sede e de seu entorno.

Aprimorar a divulgação da Extensão também é nossa meta. Propomos ampliar os meios e processos de socialização das trocas de saberes entre a Universidade e sociedade, com a promoção de eventos e a criação da **Revista de Extensão** da UNIFAL-MG. Essas ações permitirão maior estímulo às atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação da cultura e das artes nas microrregiões de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha.

Finalmente, nossa gestão pretende tornar realidade o Centro de Línguas, que, além de oferecer cursos de idiomas estrangeiros à comunidade

interna e externa, especialmente aos candidatos ao programa Ciência sem Fronteiras, será habilitado para cumprir a importante tarefa de aferir a proficiência linguística necessária aos cursos de pós-graduação.

2.2. Eixo Administração e Estrutura

NA ASSESSORIA JURÍDICA

Nossa administração fortalecerá a Auditoria Interna, com vistas a tornar mais efetiva a sua atribuição de assessoria jurídica, prevista no Regimento Geral. Além disso, A Auditoria continuará cumprindo seu papel de avaliar a eficiência dos sistemas internos de controle e o grau de segurança por eles proporcionado na aplicação dos recursos públicos e na garantia do patrimônio da Universidade. Com uma estrutura aprimorada, o órgão poderá ampliar sua área de ação. Por aprimoramento da estrutura, entenda-se:

- a) a atualização permanente dos programas e procedimentos de auditoria;
- b) investir em treinamento permanente dos auditores, especialmente na área de Tecnologia da Informação, para que possam contar com ferramentas mais eficientes na execução dos trabalhos;
- c) investir na capacitação do corpo técnico, por meio de cursos e eventos sobre temas de interesse para o desenvolvimento profissional;
- d) aprimorar a aplicação de recursos informatizados, de maneira a agilizar a interlocução entre a Auditoria-Geral, lotada em Brasília, e os gestores da Instituição;

ORGANIZAÇÃO MULTICAMPI

Propomos uma administração descentralizada, na qual os *campi* tenham maior autonomia na compra de equipamentos e material de consumo, assim como nas despesas relacionadas à manutenção. Para viabilizar tal objetivo, pretendemos criar nos *campi* setores administrativos encarregados das funções relacionadas à ordenação de despesas.

TERCEIRIZAÇÃO

Os problemas recentes ligados à terceirização vieram demonstrar a necessidade de um acompanhamento mais rigoroso da ação das prestadoras de serviço. Propomos substituir o atual modelo de acompanhamento por uma comissão colegiada, indicada pelo CONSUNI e da qual faça parte o titular da Auditoria Interna, de maneira a impedir que uma só pessoa, como hoje ocorre, seja responsável pela fiscalização do cumprimento das cláusulas contratuais, especialmente em termos da qualidade dos serviços e das obrigações trabalhistas.

NA SEGURANÇA

Entre as ações previstas, destacamos um estudo a respeito da instalação de câmeras filmadoras em pontos estratégicos de todas as instalações, incluindo o entorno dos *campi*, de maneira a monitorar e registrar em vídeo qualquer movimento suspeito. Esse sistema seria centralizado numa sala também destinada a ser o centro de operações dos vigilantes e da guarda de todas as chaves.

Prevê-se, além disso, um estudo para otimizar (eventualmente aumentando seu contingente) a presença dos vigilantes nos *campi*, especialmente no período noturno. No que se refere aos estacionamentos, cujo gerenciamento tem implicações diretas na segurança, propomos racionalizar os espaços internos do *campus* I de maneira a liberar mais vagas para carros, motos e bicicletas.

Finalmente, buscaremos o apoio da Polícia Militar e da Guarda Municipal para o policiamento do entorno dos *campi*, de maneira a oferecer maior proteção à comunidade, principalmente aos alunos que deixam as instalações da Unifal-MG no período noturno e cujo trajeto passa obrigatoriamente por ruas com iluminação escassa ou deficiente.

NA GESTÃO DE PESSOAS

Lugar para onde confluem os mais diversos problemas relacionados à vida funcional dos professores e TAE, a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas precisa funcionar com mais autonomia, sem subordinar-se a órgãos e pessoas não diretamente relacionados às rotinas que lhe cabem. Propomos, antes de mais nada, que o titular desse importante órgão seja pessoa de qualificação inquestionável e experiência capaz de dar suporte a uma ação transparente, eficaz e democrática dos recursos humanos na Unifal-MG.

Só com essa nova visão será possível, por exemplo, estabelecer normas transparentes e democráticas para a gestão do banco de professor-equivalente. Nesse e em outros aspectos, é importante criar um órgão colegiado para supervisionar as ações da PRGP.

Além de gerenciar o andamento dos processos rotineiros, a PRGP deverá preocupar-se continuamente com a qualificação do servidores e com ações que promovam a transformação crescente do trabalho em meio para a felicidade e a auto-realização, para além das tradicionais concepções burocráticas que tendem a tornar o ambiente profissional desestimulante e excessivamente burocratizado.

NA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais, vinculada à Secretaria de Cultura e Comunicação, será o setor responsável pelo relacionamento da Unifal-MG com a imprensa e, para efeitos comunicacionais, com órgãos e entidades privados e governamentais, tendo como principais objetivos a divulgação das atividades universitárias e de informações exteriores que possam ser relevantes para o público interno. Isso significa que ela não se limitará às atividades puramente jornalísticas, mas também se dedicará à prospecção de ideias e reflexões (científicas, culturais e políticas) que signifiquem oportunidades de aprimoramento profissional e institucional.

A Assessoria, além de publicar o **Portal da Unifal** em moldes semelhantes ao que ocorre atualmente, editará um periódico mensal

destacando a pesquisa científica e a execução de projetos relevantes não apenas para a administração da Universidade, mas para a comunidade universitária em geral. Esse periódico, longe de se restringir à propaganda da administração, será aberto ao pluralismo de ideias e à expressão democrática de concepções políticas, culturais e científicas.

Quando solicitada, a Assessoria fornecerá a veículos de comunicação fotos e textos relativos às atividades desenvolvidas nos *campi* da Unifal-MG. A divulgação da Universidade será feita, ainda, por meio de um *clipping* enviado diariamente a jornalistas em atividade na região, cujo cadastro deverá ser continuamente atualizado e ampliado. Também ficará a cargo do setor a divulgação de uma agenda semanal destinada a manter o público interno e externo informado sobre eventos realizados nos *campi*.

Uma vez obtidas as concessões para as emissoras de rádio (já em processo) e TV educativas da Unifal-MG, a Assessoria providenciará a pauta diária da parte jornalística dessas emissoras. É evidente que a ampliação de escopo aqui proposta exigirá algum incremento no atual número de jornalistas em serviço, insuficiente para um trabalho de comunicação à altura das necessidades, sobretudo as geradas pela estrutura *multicampi*.

Essas propostas visam não apenas o objetivo de dar maior visibilidade à Unifal-MG, mas também o de tornar mais transparentes as ações administrativas e acadêmicas, motivando uma participação mais intensa da comunidade interna e externa no debate sobre os rumos da instituição no segundo século de sua existência.

2.3. Eixo Interação Regional

Considerando a história da Unifal-MG, um aspecto que assume relevo especial é a possibilidade de aprofundamento da interação com as comunidades da região, que podem receber contribuições decisivas tanto por meio de atividades de extensão como em cultura e difusão do conhecimento. Há um inegável potencial de expansão para além de uma visão unidirecional da relação entre universidade e sociedade.

SECRETARIA DE CULTURA

Atualmente, muitas atividades culturais se acham vinculadas à Pró-reitoria de Extensão porque não existe, na estrutura administrativa, uma divisão responsável pelo setor. O fomento à cultura, com isso, fica restrito à possibilidade de se classificar determinada atividade como extensionista, gerando ainda o efeito adverso de sobrecarregar a pró-reitoria com uma tarefa que não lhe é conatural. No sentido de conferir maior importância às atividades culturais, propõe-se a criação de uma secretaria exclusivamente dedicada ao setor.

Com maior energia direcionada à cultura, e sem prejuízo das iniciativas culturais extensionistas, a Unifal-MG poderá promover ações e eventos nos moldes do Festival de Inverno e da Flipçoços, incrementando a produção e a difusão de cultura em Alfenas, Poços de Caldas e Varginha e suas microrregiões. A instituição conta com todas as condições para ampliar sua atividade na área, bastando para isso mobilizar recursos e pessoal já disponíveis.

Ainda nesse sentido, buscaremos reabrir o processo de criação da rádio educativa da Unifal-MG, agora com a perspectiva de estender sua abrangência às microrregiões onde se localizam os *campi*, potencializando a interação da instituição com a comunidade regional.

REDEFINIR O PAPEL DO MUSEU

A Unifal-MG também pode contribuir para a preservação da memória regional, especialmente por meio de uma redefinição institucional que permita ao museu, já mantido pela instituição, ampliar sua área de ação e articular-se com os arquivos, no momento em fase de criação por iniciativa de professores do ICHL, para receber, organizar e exibir acervos de diversas naturezas documentais (como o histórico e o literário) referidos à memória e à cultura do Sul de Minas.

Além disso, propomos o estímulo às vocações regionais por meio do incentivo à criação de cursos – como Artes, Turismo e Comunicação – que espelhem e projetem peculiaridades do Sul de Minas.

2.4. Eixo Infraestrutura

RACIONALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

O foco será a ampliação e reestruturação das unidades físicas e patrimoniais, tanto no que se refere a instalações como no tocante a equipamentos. Isso proporcionará o aprimoramento dos ambientes de trabalho, de que decorrerão consequências positivas para as relações humanas e para a qualidade na execução das atividades-fim.

Quanto à filosofia de trabalho, enfatizaremos a democratização do planejamento. A Pró-reitoria de Planejamento passará a consultar a comunidade acadêmica (em especial, os colegiados de cursos) e os prestadores de serviços antes da elaboração de projetos, orientando-os por necessidades verificadas e mensuradas, de modo a evitar os costumeiros problemas derivados da falta de sintonia entre as expectativas dos usuários e os métodos e procedimentos relacionados à instalação e manutenção da infraestrutura dos *campi*.

FINANCIAMENTO E ESPAÇO FÍSICO DAS UNIDADES

Visando a uma otimização da infraestrutura no futuro, a pró-reitoria se encarregará do planejamento de longo prazo, prevendo uma configuração pela qual cada unidade tenha seu espaço físico e possa geri-lo, nele abrigando todos os cursos que lhe sejam afins. Tal configuração é um passo importante para que a descentralização administrativa chegue à ordenação das despesas.

Sempre em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA), mas atentos aos inconvenientes de restringir a esse limite as possibilidades de financiamento, buscaremos outras fontes de recursos que venham suprir necessidades emergenciais e garantir o aprimoramento de instalações e equipamentos.

LAZER

No sentido de proporcionar maiores oportunidades de lazer à comunidade universitária, promoveremos o replanejamento das instalações esportivas da Unifal-MG, de maneira a torná-las mais adequadas às reais necessidades das pessoas, especialmente dos discentes, tendo em vista a falta de opções saudáveis de diversão no entorno dos *campi*. Além disso, serão buscadas parcerias capazes de ampliar as opções de lazer.

Unidade Santa Clara

Não se pode ignorar que o terreno adquirido para a unidade Santa Clara (Pinheirinho) é de proporções modestas para uma universidade em expansão. O espaço existente não permite planejar um crescimento significativo a longo prazo, a não ser que se submeta essa nova unidade ao arrocho espacial por que passa o campus I, onde a área entre as construções já é quase inexistente.

É preciso que se iniciem negociações para a expansão da área daquela unidade enquanto o espaço disponível, vizinho a ela, ainda não se tornou supervalorizado. Propomos iniciar de imediato um trabalho junto ao poder público municipal com vistas a viabilizar, a curto prazo, a ampliação da área da unidade Santa Clara.

2.5. Eixo Assistência Estudantil

SOBRE OS CENTROS E DIRETÓRIOS ACADÊMICOS

Os Centros e Diretórios Acadêmicos são parte importante não apenas da vida discente, mas da vida universitária como um todo. Eles são os órgãos representativos dos estudantes, e, como tal, responsáveis pelo diálogo destes

com a administração da Universidade – sobretudo com as coordenações e unidades. Consideramos que qualquer dificuldade para a organização dessas representações estudantis gera um deficit de democracia, e por isso nossa gestão pretende apoiar operacionalmente os CA e DA, considerando-os parceiros na gestão acadêmica.

Para nós, é importante que as entidades representativas dos estudantes tenham a sua disposição o espaço físico necessário para o arquivamento de seus documentos e a execução de suas tarefas. Oferecendo a elas esse espaço, pensamos não só facilitar a relação das administrações de cursos com a representação discente, mas sobretudo fortalecer o movimento estudantil como parte da formação política do estudante.

SOBRE A PRACE

Como instância administrativa diretamente relacionada aos interesses discentes, a PRACE receberá atenção especial em nossa gestão. Propomos que suas ações sejam orientadas por um plano elaborado com a efetiva participação dos alunos, por meio de sua representação, e que a gestão dos recursos disponíveis seja feita com transparência. Em caráter emergencial, encaminharemos ao MEC um estudo realista sobre as necessidades da assistência estudantil, pois sabemos que do aumento dos recursos da PRACE depende a permanência de um número significativo de estudantes na instituição. E tornou-se notório, com a recente ocupação da Reitoria pelos estudantes, que hoje não existem no orçamento da pró-reitoria recursos suficientes para suprir as necessidades da assistência estudantil.

MORADIA

Será consolidada a política de auxílio à moradia estudantil. Como a construção de unidades habitacionais, no momento, nos parece uma meta irrealista, já iniciamos estudos sobre a viabilidade jurídica de a Unifal-MG criar um cadastro de imóveis disponíveis para a locação, de maneira a constituir moradias

coletivas alugadas pela instituição e geridas, se possível, pelos estudantes/moradores.

Outros objetivos da PRACE serão:

- a) a ampliação e o aperfeiçoamento de iniciativas que permitam a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais;
- b) a ampliação da oferta de bolsas e de oportunidades de estágio;

TRANSPORTE

Além de buscar, por meio de entendimentos com as prefeituras dos municípios onde se localizam os *campi*, aprimorar as opções de transporte no modal já existente – ou seja, por meio de ônibus –, propomos uma solução alternativa e realista para a unidade Santa Clara: a criação de uma ciclovía, que evidentemente dependerá do apoio da administração municipal de Alfenas. Já temos o anteprojeto desse modal, cujo trajeto previsto, praticamente todo plano, é de 4.550 metros, percurso estimado em 10 a 15 minutos de bicicleta.

O referido estudo prevê a cessão de bicicletas aos alunos em regime de comodato e durante o tempo de matrícula. A partir de um projeto piloto, seriam estudadas as necessidades de segurança e iluminação do trajeto, cuja pactuação com a Prefeitura e a Polícia Militar se daria em bases bastante objetivas, a fim de garantir a tranquilidade dos ciclistas no percurso do *campus* I até a unidade Santa Clara, especialmente no período noturno.

Além de ser uma solução inteligente e barata, a ciclovía representará uma lição de cidadania e consciência ambiental, com prováveis efeitos benéficos para toda a população de Alfenas. A partir dessa experiência, poderão ser elaborados projetos semelhantes para Poços (que já conta com boa experiência em termos de ciclovias) e Varginha.